



II SEMANA DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO, PESQUISA E ENSINO:
CONSTRUINDO E (RE)CONSTRUINDO SABERES



CAMPUS DE
VITÓRIA DA CONQUISTA

19 A 23 DE AGOSTO DE 2024



ENSINO DE FILOSOFIA E SEUS ASPECTOS METODOLÓGICOS E AVALIATIVOS

Jeferson Sousa Alexandre¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir sobre os aspectos metodológicos e avaliativos que possibilita o ensino de filosofia. Em uma abordagem exploratória qualitativa, utilizamos como ferramentas para a construção dessa escrita as obras e as discussões de autores que se dedicam a pensar o ensino e a avaliação da aprendizagem na filosofia. Por toda a extensão da reflexão proposta, procuramos destacar a importância das metodologias e das abordagens avaliativas que preconizam o coerente fluxo do processo ensino-aprendizagem em filosofia, apresentando uma ótica crítica da postura do ente docente que se configura como o professor filósofo, perpassando a discussão sobre a importância dos textos filosóficos e do livro didático, bem como a aula dialógica para a promoção do filosofar e da construção da cidadania.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Avaliação. Propedêuticas.

Introdução

Independentemente da área a qual dedicamos exercer nosso magistério, o que nos une é, certamente, a docência. Essa práxis permeia a vida do professor e o faz um agente político caracterizado por uma postura crítico-reflexivo a respeito de suas vivências e de suas atividades laborais. Seu exercício revela-se de maneira sistemática, diretamente organizada e intencionada aos estudantes, buscando analisar, entender, refletir, melhorar ou manter a prática educativa a qual participa.

Para que isso seja possível, a práxis educativa recorre a inúmeros aspectos, dentre eles metodológicos, didáticos e avaliativos. Esses existem independentemente da área de atuação do professor, conjecturando-se como propedêuticas fundamentais para a prática docente. Porém, para cada área as particularidades se encarregam de adaptar e caracterizar esses recursos para a promoção do objetivo central de seu exercício. Isso significa dizer que, apesar de serem independentes, elas são utilizadas e executadas conforme a natureza de cada disciplina, adequando-se e respeitando à logística que cada uma instaura ao seu campo de atuação.

O ensino e a avaliação filosófica no curso da história do Brasil.

¹ Graduando em filosofia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: alexandre.jeferson@icloud.com

E assim como no ensino das ciências, o ensino de filosofia utiliza, também, inúmeras propedêuticas do campo da educação para possibilitar sua práxis de maneira autêntica e sistemática. Conferindo a elas nuances capazes de compreender a dicotomia entre o ensino da história da filosofia e o ensino do filosofar, dicotomia essa que Cerletti (2012, p. 63), aponta como sendo a “intervenção subjetiva de quem constrói ou reconstrói problemas filosóficos”.

Esse tratamento conferido ao ensino de filosofia tenta possibilitar que ambas as modalidades que caracterizam seu ensino, andem juntas, uma subsidiando a outra. O ensino da história da filosofia promovendo uma exposição da trajetória do pensamento e dos conteúdos filosóficos no curso da história da humanidade, e o ensino do filosofar, movimentado pela apreensão das metodologias e dos conteúdos próprios da filosofia, como a epistemologia, a ontologia e a estética, promovendo as justificativas e considerações acerca dos dilemas e problemas encontrados ou formulados.

Todavia, percebe-se que, muitas das vezes, o destaque apenas ao ensino da história da filosofia com a exposição dos conteúdos canônicos do pensamento filosófico em detrimento às meditações sobre os próprios problemas filosóficos existentes. Fato que estimula, muitas das vezes, o uso de abordagens avaliativas pouco integradoras e que destaca mais a quantidade de conhecimento adquirido do que a qualidade da mesma em cada estudante. Com base nessa discussão e na tentativa de indicar uma possível postura capaz de reverter tal processo, Cerletti indica que

[...] é desejável que os estudantes de filosofia não (apenas) repitam os conteúdos tradicionais da filosofia, mas, em certa medida, deles se apropriem (isto é, que eles façam suas as questões filosóficas, que as recriem, e sintam necessidade de respostas), ou o que dá no mesmo, se se pretende que os alunos comecem a filosofar. (Cerletti, 2012, p 63)

Vale ressaltar que o filosofar não se reduz ao domínio de algumas habilidades argumentativas, pois isso seria caracterizado mais como uma propedêutica do filosofar, ou uma condição de possibilidade para tal, como de fato seria qualquer pensamento crítico (Cerletti, 2012). O filosofar surge de uma estrutura robusta de pensamento crítico que dialoga incansavelmente com a história do pensamento filosófico, nutrindo-se dela, promovendo uma reflexão e uma aplicação na vida.

Neste sentido [...] ensinar filosofia bem pode ter que ver com promover experiências de pensamento filosófico. A noção de experiência de pensamento nos parece fundamental enquanto delimita um espaço que alude as clássicas dicotomias entre professor de filosofia e filósofo, filosofia e filosofar, teoria e práxis. Uma experiência de pensamento é uma prática teórica, intersubjetiva, irrepitível; intransferível, uma forma de exercer o pensar que chamamos de "filosófica" quando dá ênfase à crítica,

à criação, à diferença, à resistência e a uma interlocução com uma história de pensamentos que no ocidente tem mais de 26 séculos. (Gallo et al., 2003, p.45)

Avaliar essa estrutura que promove experiências de pensamento filosófico, portanto, requer entender e dar espaço a singularidade dos pensamentos, verificando, de forma integradora, como a aprendizagem se desenvolveu e o que ela indica como sendo os passos seguintes do seu processo educativo.

Nesse mesmo diapasão, Velasco indica que esse processo na filosofia ocorre necessariamente em um espaço filosófico, não sendo possível promovê-lo sem “a identidade da Filosofia e do filosofar” (Velasco, 2019, p. 15), pois sua maneira formativa e seu objetivo enquanto disciplina, deve determinar o que ensinar em filosofia, de que modo ensinar filosofia e como avaliar em filosofia, demarcando e compondo uma filosofia do ensino de filosofia (Velasco, 2019).

A efetivação dessa práxis, nos moldes indicados, sugere que o professor assuma a identidade de filósofo, promovendo aulas como experiências e aplicações que fornecem os “critérios filosóficos para o aluno julgar a realidade por meio da prática do questionamento filosófico e da construção de conceitos” (Aspis, 2004, p. 310), baseados no critério do ensino de filosofia como produção de filosofia que prepondera o exercício criativo e a verificação filosófica. Desse modo,

[...] o professor de filosofia, dentro do que entendemos, vai ensinar a pensar filosoficamente, a organizar perguntas num problema filosófico, ler e escrever filosoficamente, a investigar e dialogar filosoficamente, avaliar filosoficamente, criar saídas filosóficas para o problema investigado. E vai ensinar tudo isso na prática. Na sua prática e na prática dos alunos. Vai ensinar tudo isso sem dar fórmulas a serem apenas reproduzidas. [...] Nas aulas de filosofia como experiência filosófica, o professor é um orientador, ele põe à disposição para os seus alunos os instrumentos que conhece para uma disciplina filosófica no pensamento. Cria com os alunos um grupo, uma equipe, que tem um objetivo comum: encontrar saídas para um problema elaborado por eles mesmos, de seu interesse, por meio da investigação e do estudo filosóficos. O professor sabe que sua orientação é limitada ao seu modo de compreender a filosofia e a realidade, e que, portanto, sua orientação deve conter incentivo e atenção para as possíveis criações de novos modos por parte de seus alunos. (Aspis, 2004, p. 310-311)

Ao professor de filosofia indica-se, ainda, domínio e notório saber sobre os assuntos que sua área se dedica, dentre outros, as metodologias, estratégias e as abordagens avaliativas que possibilitam o tráfego adequado do processo ensino-aprendizagem da disciplina. Nesse sentido, sua práxis educativa concentra-se, também, em fazer boa curadoria dos materiais necessários para a promoção das aulas, selecionando textos adequados, enxertos de textos, filmes reflexivos, além de aplicar as habilidades de confecção de atividades atrativas, jogos

interativos, e falas marcantes, mostrando seu comprometimento com a disciplina e com os alunos.

O professor seleciona conteúdos, estratégias, atividades porque ele conhece a disciplina filosófica, conhece a história da filosofia, tem a sua experiência filosófica. Os alunos não teriam condições de fazer isso sozinhos. Mas, quanto à experiência filosófica dos alunos, o professor é orientador, ele conhece processos de filosofar e poderá ser o apresentador e coordenador do processo de filosofar com os alunos. Ele fará isso de maneira que dê espaço para o desenvolvimento do pensamento autônomo dos jovens, para contribuir com a formação de subjetividades originais. (Aspis, 2004, P. 317)

A verificação do alcance do modo autônomo do pensar e da subjetividade original que desenvolve terá que ser feita a todo instante pelo professor e também pelo próprio estudante que assume a responsabilidade de sua formação enquanto sujeito cidadão.

É preciso também que o professor de filosofia tenha sido e esteja sendo envolvido no próprio campo filosófico. Em outras palavras, a filosofia precisa está refletida na ação e no diálogo do professor de filosofia, pois não é possível ao investigador ficar de fora dos problemas que ele investiga. É necessário tomar partido (Alves, 1980, p. 71).

Esse professor é dotado da consciência de sua classe e entende que seu papel não é a simples e rasa transmissão de saberes aos alunos, mas a promoção adequada para que esses saberes atinjam a vida do educando. Ele também compreende que de nada vale dar aulas sobre os conteúdos impostos, pois os conteúdos servem, na verdade, para auxiliarem e conjecturarem situações que possam vir acontecer na vida em sociedade, destacando o papel fundamental da educação: a cidadania.

Para a formação desse ente docente, sinaliza Aspis, é preciso que

[...] o professor seja o primeiro (o modelo) a perder-se a si mesmo. Que seja o primeiro a abdicar dos poderes de ter suas idéias e seu modo de pensar reconhecidos como os mais adequados e, portanto, os que devem ser adotados para cópia. Ele deve estar vazio como o bambu, pois se estiver cheio nada mais caberá. Se estiver cheio não poderá apreciar o novo, nem mesmo o reconhecerá; vai deixar passar. Se o professor não for um dos participantes desse diálogo, estando aberto a transformarse ele também por intermédio dos outros (fazendo parte da experiência), as aulas de filosofia serão um faz-de-conta. Faz-de-conta de democracia, de conquista de disciplina filosófica no pensamento, faz-de-conta de criação de conceito, de formação de subjetividades autônomas. Isso não será educativo. Muitas vezes podemos ouvir dos professores que “aprendem muito com seus alunos”. Mas isso só não basta, mesmo que seja verdade. A transformação do professor deve ser feita de forma obscena, explícita, na emoção do momento em que acontece, no momento de ficar sem saber o que falar, no momento de ver-se diante de algo sobre o qual nunca tinha pensado antes, no momento de saber-se equivocado, ignorante, confuso ou genial. Temos que viver e assumir a transformação na hora mesma em que acontece. (Aspis, 2004, p. 312)

O percurso permeado por transformações e subjetividades descrito como sendo esperado para o ensino de filosofia deve sempre desembarcar no processo de aprendizagem

pela qual os conhecimentos, comportamentos ou valores são promovidos. Na filosofia esse processo é facilitado sob diferentes modos. A maneira dialógica tem sido a mais característica e usual, mostrando-se, desde a antiguidade, presente no modo de agir de diversas correntes de conhecimento não só filosófico, como também epistemológico e antropológico, contribuindo com as inúmeras maneiras de interpretações da realidade e da formação do indivíduo (Farias; Lima, 2019).

Historicamente, o diálogo tem sido um elemento de ensino e aprendizagem, libertador do conhecimento, possibilitando, através de sua prática, o desenvolvimento e o surgimento de novos conhecimentos e, saberes, livres de imposição e de dominação por parte de outros, pois o diálogo tem um aspecto construtivista. Ou seja, no diálogo os saberes não são simplesmente transmitidos, mas sim construídos. (Farias; Lima, 2019, p. 56-57)

Essa aprendizagem pelo diálogo, fundamentada na interação verbal dos seus interlocutores, estudantes e professores, torna o teu ensino mais atraente, devido à abertura de espaço para que seus atores possam, através de suas experiências empíricas, de suas realidades subjetivas e dos conhecimentos advindos da trajetória do pensamento filosófico adquirido em leituras, transformar as situações apresentadas em sala de aula ou fora dela em questões filosóficas, reflexionadas e instigadas à busca por respostas ou soluções satisfatórias.

Essa metodologia de aprendizagem, e também de ensino, não contribui apenas para a promoção do ensino de filosofia, também colabora com as práticas avaliativas que buscam verificar o desenvolvimento intelectual do estudante, sua postura crítica e política frente às manifestações sociais e sua capacidade de síntese e de criação de hipóteses baseadas na razão e na apreensão das situações a sua volta.

É preciso, desse modo, aplicar o diálogo nas aulas de Filosofia. Contudo, essa prática só acontece no processo do convite ao diálogo. Esta é uma das grandes contribuições da Filosofia para o mundo. A possibilidade de trocar ideias, conceitos, noções, palavras e criar, a partir disso, responsabilidades em torno do que dizemos. (Farias; Lima, 2019, p. 54)

Caminhando na mesma esteira da metodologia dialógica, destacamos a importância dos textos filosóficos e do livro didático de filosofia para o seu ensino, uma vez que são baseados nessas ferramentas que podemos comparar e analisar a conduta e os posicionamentos dos filósofos de outras épocas sobre assuntos que ainda exercem interesse na atualidade, além de fomentar na atividade crítico-reflexiva de interpretação, exegese e hermenêutica dos textos.

Os textos filosóficos [...] são indispensáveis ao trabalho com a disciplina de filosofia, pois são eles os responsáveis pela transmissão daquilo que foi pensado pelos filósofos, pela transmissão da tradição. O ensino de Filosofia passa de alguma forma, pela leitura e interpretação daquilo que foi produzido pelos filósofos, pela tradição. É pela leitura dos clássicos que entramos em contato com os diferentes problemas

filosóficos e as diferentes maneiras encontradas pelos filósofos para tratar esses problemas. (Vieira; Horn, 2016, p. 57)

Do mesmo modo com que os textos filosóficos são indispensáveis para o ensino de filosofia, assim também é o livro didático de filosofia que, certamente, se configura como sendo um convite a leitura, a curiosidade e ao diálogo. Isso pode acontecer porque sua estruturação tende a ser organizada metodicamente para a faixa etária que está sendo utilizada. Entretanto, é importante deixar claro que o livro didático “não deve ser material de autoaprendizagem, a ser utilizado isoladamente pelo estudante” (Gontijo, 2019, p. 45) ele deve ser suporte para as discussões e pesquisas em sala de aula, além de guia de esclarecimento para quando o mesmo não estiver em ambiente escolar.

O destaque que aqui damos ao uso do livro didático de filosofia é uma tentativa de desmistificar a ideia que algumas vezes lhe é legado. Tomando a ideia de Gontijo (2019) entendemos que, com frequência, esse recurso parece ser visto como um manual ou um livro “sobre” filosofia e não “de” filosofia por conta de seu afastamento, de sua tentativa de adaptação e adequação do arcabouço linguístico rebuscado da filosofia, e da utilização dos recursos lúdicos, criativos e adaptados a faixa etária e de receptividade do aluno do ensino básico, que, voltamos lembrar, pode não ter tanto conhecimento na filosofia para entendê-la em suas leituras. O livro didático de filosofia trata-se, assim, de uma obra filosófica que espera ser convidativa e atraente aos que estão iniciando nessa caminhada.

Talvez parte do problema na crítica ao uso do livro didático de filosofia reside no fato de muitos considerarem que este faz o mesmo que o livro didático de ciências, ou seja, seria um livro “sobre” e não um livro “de”. Uma leitura atenta à diversidade de livros didáticos de filosofia poderia (ou não) confirmar essa suspeita de que os livros didáticos de filosofia são livros de filosofia e não apenas “sobre” filosofia, com arranjos explicativos, classificativos. (Gontijo, 2019, p. 44)

Porém, as diversas realidades escolares demonstram que o livro didático de filosofia tem sido pouco utilizado como ferramenta da promoção do ensino e do cultivo à aprendizagem. Muito disso se deve, talvez, por conta da discrepância entre as propostas metodológicas que o livro didático destaca e as metodologias já utilizadas pelos professores em suas práticas educativas. Isso pode indicar como muitos professores ainda não conseguem dialogar a sua metodologia com outras metodologias que não se assemelham as suas. Não é o caso, entretanto, de abandonar uma em função da outra, mas, sim, permitir dialogar e verificar se as outras metodologias, como as que o livro didático apresenta, são capazes também de contribuir para o ensino e aprendizagem de filosofia.

Comunga-se, então, em concordar que sem os textos filosóficos e os livros didáticos de filosofia as aulas podem transformar-se em uma simples exposição de teorias ou a síntese das ideias entendidas por um professor sobre determinada temática. Isso por que a explicação ou a exposição de um conceito, ou assunto é a síntese do entendimento daquele que o faz, e, portanto, faz muito sentido para ele a construção daquele arranjo daquele modo.

Todavia, para quem assiste à exposição ou escuta a explicação pode não fazer sentido de imediato, já que para que o sentido surja, seja necessária uma síntese de compreensão também de quem escuta ou assiste. Dessa forma, a síntese do professor pode não ser suficiente para o aluno compreender determinado assunto ou tema, e é preciso, em casos assim, lançar a mão recursos didáticos que promovam essa compreensão e que abram caminhos para novas interpretações e assimilações.

Esse tratamento mostra-se um importante substrato para a promoção da avaliação da aprendizagem no ensino de filosofia, pois possibilita aos instrumentos de verificação apreender de forma qualitativa se os estudantes estão sendo capazes de fazerem suas as questões filosóficas expostas, se estão conseguindo interpretá-las de maneira coerente, e se estão desenvolvendo a capacidade de busca das possíveis respostas ou soluções para elas, engatando, sinaliza Cerletti (2012), a uma atitude filosófica.

Em linhas gerais, para que essa atitude filosófica seja reconhecida, espera-se que o estudante seja atravessado pela filosofia com as aulas de filosofia para que, assim, essa área faça sentido para ele. Esse atravessamento é fundamental, também, para a manutenção e existência da filosofia na educação básica, assim, não dá para simplesmente falar de filosofia sem está envolvido por suas ideias, pois as ideias assumem a função de “trilhos nos quais o interesse ocorre” (Alves, 1980, p. 83).

Notas finais

Diante do exposto, o campo da educação nos faz saber que os processos que nos dedicamos refletir são partes intimamente ligadas, que funciona de forma contínua e recíproca, levando os indivíduos, seja professores e/ou estudantes, a assimilarem, entenderem e colocarem em prática aquilo que lhes são apresentados. A esse processo Paulo Freire (1996) chama de “dodiscência” uma união entre os conceitos de docência e discência.

O processo ensino-aprendizagem em filosofia não foge a regra, ela, talvez mais do que todas as outras que compõem um currículo escolar, não existe sem que haja a interação comportamental entre o professor e o estudante, a transmissão e a receptividade. Seu ensino de

nada valerá se não houver aprendizagem, assim como sua aprendizagem não será alcançada se não houver seu ensino.

Referências

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 1. Ed. Guarulhos-SP: Editora Cortez, 1980.

ASPIS, R. P. L. **O professor de filosofia: O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO COMO EXPERIÊNCIA FILOSÓFICA** Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez. 2004. Disponível em <https://www.cedes.unicamp.br>

CERLETTI, A. **Avaliação em Filosofia**. Aspectos didáticos e políticos Revista Educar em, Curitiba, Brasil, n. 46, pág. 53-68, out./dez. 2012. Editora UFPR 63. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/qLJBtQmLty99qPBGqH3bvHj/abstract/?lang=pt#>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GALLO, S. et al. (org). **Filosofia do ensino de filosofia** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONTIJO, P. E. **Ensino de Filosofia e uso do Livro Didático: um debate necessário**. 2019. Disponível em: <https://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/oqnfpa/article/view/681>

LIMA, F. E. M.; FARIAS, M. R. **Diálogo: Elemento de aprendizagem no ensino de Filosofia**. Disponível em <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/194>

VELASCO, P. D. N. (org.). **Ensino de – qual? – filosofia: ensaios a contrapelo / – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. Disponível em https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/159**

VIEIRA, W. J.; HORN, G. B. **O sentido e o lugar do texto filosófico nas aulas de filosofia do Ensino Médio**. Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFiló, [S. l.], v. 1, n. 2, 2016.

DOI: 10.5902/2448065723828. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/23828>.